

Michèle Narvaez

As Semeadoras

Resumo

O artigo *As Semeadoras* é um rápido percurso de todas as mulheres militantes que, desde 1789 no início do século XX, engajadas mais ou menos radicalmente, para reivindicar a igualdade entre os gêneros, o direito das mulheres à educação, ao divórcio, ao pleno exercício da cidadania. Às vezes, burguesas e intelectuais, às vezes vindas de meios modestos, autodidatas, elas se dedicaram, com paixão, e muitas vezes arriscando sua vida ou sua honra, pela justiça, e a reivindicando cujo século XX adotou muito lentamente. Em vida, elas foram recebidas com a cegueira das três sucessivas Repúblicas, cegueira consciente ou inconsciente, mistura de sexismo masculino hereditário e prioridade dada ao capitalismo industrial. Olympe de Gouges à Louise Michel, passando por Germaine de Staël ou George Sand, são retratos de mulheres que mostram em qual ponto elas semeiam as ideias que podem ser capazes de mudar o curso do século XX.

Palavras-chave: mulheres; feminismo; biografias; século XX

Résumé

L'article *Les Semeuses* est un rapide parcours de toutes les femmes militantes qui, de 1789 au début du XXème siècle, se sont engagées, plus ou moins radicalement, pour revendiquer l'égalité entre les sexes, le droit des femmes à l'éducation, au divorce, au plein exercice de la citoyenneté. Tantôt bourgeoises et intellectuelles, tantôt issues de milieux modestes, mais autodidactes, elles se sont dévouées, avec passion, et souvent au péril de leur vie ou de leur honneur, à une cause dont elles percevaient la justesse, et ont porté des revendications que le XXème siècle a très lentement adopté. De leur vivant, elles se sont heurtées à la cécité des trois Républiques successives, cécité consciente ou inconsciente, mélange de sexisme masculin héréditaire et de priorité donnée aux intérêts du capitalisme industriel. D'Olympe de Gouges à Louise Michel, en passant par Germaine de Staël ou George Sand, ce sont ainsi des portraits de femmes qui défilent pour montrer à quel point elles semaient des idées qui auraient peut-être pu changer le cours du XXème siècle.

Mots-clés : femmes ; féminisme ; biographies ; XXème siècle

No coração da luta *communard*¹, em que Louise toma sua parte, este episódio musical "barbárie" composto no órgão de uma igreja bombardeada, nos dá uma ideia da exaltação revolucionária vivida com alegria e sensualidade.

*Oui Barbare je suis
Oui j'aime le canon
La mitraille dans l'air
Amis dansons*

*La danse des bombes
Garde à vous voici les lions
Le tonnerre de la bataille
Gronde sur nous amis chantons*

*L'ocre odeur de la poudre
Qui se mêle à l'encens
Ma voix frappant la voûte
Et l'orgue qui perd ses dents*

*La nuit est écarlate
Trempez-y vos drapeaux
Beaux enfants de Montmartre
La victoire ou le tombeau
Oui Barbare je suis
Oui j'aime le canon
Et mon cœur je le jette
A la Révolution²*

41

A partir de um poema de Louise Michel, abril de 1871

La danse des bombes [A dança das bombas]

Letra e música de Michèle Bernard, 2015

* Michèle Narvaez – Escritora, diplomata e professora de Letras.

¹ Nota da tradutora (N.T.): *Communard* era a denominação dos membros e apoiadores da Comuna de Paris.

² Tradução: Sim Bárbaro eu sou/ Sim eu amo o canhão/ A metralha no ar/ Amigos Amigos dançemos/ A dança das bombas/ Vos proteja eis os leões/ O trovão de batalha/ Rugido sobre nós amigos cantemos/ O cheiro ocre de pólvora/ Que se mistura ao incenso/ Minha voz atinge a abóbada/ E órgão perde seus dentes/ A noite é escarlate/ Mergulhe suas bandeiras/ Belas crianças de Montmartre/ A vitória ou a tumba/ Sim Bárbaro eu sou/ Sim eu amo o canhão/ E meu coração eu o lanço/ À Revolução.

Uma iconografia enganosa



Figura 1. Um antigo busto de Marianne. É a Convenção de 1792 que decidiu representar a República sob os traços de uma mulher usando um barrete frígio, símbolo da liberdade.

Fonte: Wikipédia. Disponível [aqui](#).

A iconografia francesa é generosa com as mulheres: a República, a Liberdade, a Igualdade, a Fraternidade como palavras femininas que inspiraram artistas e escritores. Os símbolos reais eram do sexo masculino, o rosto do rei, o lírio. Para a República, eram necessários símbolos femininos.

A primeira efígie foi a Marianne. Sua origem, segundo uma das versões creditadas, remonta à 1792, em outubro, alguns dias após a proclamação da República. Seria um poeta, Guillaume Lavabre, que teria feito a canção revolucionária *La Garisou de Marianne (La guérison de Marianne)* utilizando pela primeira vez o nome Marianne, composto por dois nomes muito populares, Marie e Anne. A canção relata a doença de Marianne e os cuidados que lhe são prodigiosos, Igualdade e Liberdade entre outras! A canção foi adotada rapidamente. Independentemente dela, durante a Revolução Francesa, apareceram alegorias da República e da Liberdade, sob a forma de uma mulher usando um barrete frígio¹. Se o uso

da efígie de Marianne se perde sob o Império e a Restauração, ela retorna com força em 1848. O governo provisório da segunda República lança um concurso de representação por um novo emblema. Duas propostas se opõem, a de Marianne "sábia", sentada, seios cobertos, usando uma coroa de espinhos e outra mais social, cabelos

¹ Lembremos da história deste barrete: no Império romano, era usado por escravos libertos. Quando o povo de Paris invadiu as Tulherias, no dia 20 de junho de 1792, os manifestantes estendem ao rei Louis XVI um barrete frígio. Esta coifa, desde a tomada da Bastilha tornou-se o símbolo da liberdade. Ela se tornou sinal da reunião revolucionária. Sobre a proposta de Billaud Varenne, a Convenção a decreta dia 22 de setembro de 1792. Este decreto estipula que todos os atos públicos serão datados do primeiro ano da República. " A chancela usará como lema estas palavras: República da França. O selo nacional representará uma mulher sentada sobre um feixe de armas, tendo na mão uma lança acima do barrete da liberdade. (AU BLASON...)

² Não esqueçamos do quadro *A Liberdade guiando o povo* de Eugène Delacroix, de 1830 em seguida à revolução dos Três Gloriosos. Ela é frequentemente escolhida como símbolo da República francesa. É a imagem de uma mulher do povo, uma "Marianne", usando um barrete frígio, seios desnudos, de pé sobre uma barricada, que brande uma bandeira tricolor e chama ao combate.

soltos, peito descoberto, combatente e armada. Esta última imagem prevalecerá depois da Comuna e o caso Dreyfus, sob a Terceira República. Hoje a Marianne é representada alternadamente em ambas as formas.

A segunda mulher que simboliza a República foi a Semeadora. Paul Doumer, ministro das finanças, pediu a um artista conhecido, Oscar Roty, de desenhar um novo símbolo da República. Este último utilizou um desenho concebido em 1886 pelo ministério da agricultura. As primeiras peças da Semeadora, uma mulher usando barrete frígio, experimentou desde 1897 um grande sucesso. A Semeadora é, portanto, outra Marianne, mais à frente confiante, simbolizando a marcha da República para um futuro melhor, onde semeia as sementes em sua passagem.



Figura 2. Um exemplo de selo francês com a efígie da Marianne. Ela é representada em selo, busto ou gravura, em todos os documentos e em todas as instituições da República francesa.

Fonte: Le Monde. Disponível [aqui](#)

Ela personifica então, a liberdade, a energia, o otimismo. "Estas sementes generosamente jogadas na terra são as inúmeras ideias que talvez um dia germinarão e crescerão, quando não estivermos mais aqui", previu o jornal *La Liberté* de 8 de outubro de 1898, em respostas aos ataques cuja efígie era o alvo: "O que ela semeia, esta mulher cujo barrete frígio diz ter muita qualidade? Ela semeia a desordem, a anarquia, o joio, o ódio, mentiras e imoralidade" (*Le Moniteur* de 28 de fevereiro de 1897). Isso significa que nem tudo era óbvio no final do século XIX, e que, Mariannes ou Semeadoras, as mulheres ainda teriam que trabalhar duro para ganhar sua liberdade e sua luta, seja ela republicana ou revolucionária.

A Revolução Francesa: o momento do feminismo

Se remontarmos a antiguidade, a luta das mulheres para fazer ouvir sua voz e defender uma outra visão de mundo - se pensa na comédia de Aristófanes *Lysistrata*, apresentada em 411 a.C., onde a heroína persuadi suas coirmãs à fazerem greve de sexo para convencer os homens à cessarem a guerra, o que perguntariam, séculos mais tarde, as mães, as irmãs e as esposas do futuro sacrificado da Primeira Guerra Mundial! - , e se haviam mulheres bastante ousadas para exigir a igualdade de direitos (Christine de Pisan, com sua *A Cidade das Damas*, em 1405 ou Marie de Gournay, que publica em 1622 *A Igualdade dos Homens e as Mulheres* e em 1626 *Les Femmes et Grief des*

Dames, obras em que ela defende a igualdade absoluta dos sexos), é verdadeiramente o processo revolucionário de 1789 que abre uma lacuna na qual será capaz de trazer as exigências de igualdade e de liberdade das mulheres. A contradição de fato é imensa, entre a proclamação de igualdade dos indivíduos como princípio universal e a exclusão das mulheres na cidadania. Até então confinadas na sombra da vida doméstica, fora do jogo social e político, seu despertar será ligado diretamente ao pensamento iluminista e aos acontecimentos históricos da Revolução, o que, de repente, as fará entrar na história política. Também é por esta razão que sua luta será quase exclusivamente uma luta pela igualdade de direitos. Desde 1787, época onde a reivindicação igualitária já ocupa os espíritos, Marie-Armande Gacon-Dufour publica *Mémoire pour le sexe féminin contre le sexe masculin* Condorcet tem por sua parte uma abordagem antiética àquela de Rousseau ao qual a mulher deve limitar-se ao papel de mãe e esposa (Cf. DURNOVA, Anna. 2004). Em *Sur l'admission des femmes au droit de cité* (1790), ele insiste entre outras sobre a necessidade de uma mesma educação para as mulheres e os homens. De fato, nos primeiros anos da Revolução, a admissão das mulheres na cidadania não parecia um problema.

É difícil distinguir, à época, prática feminina e prática feminista, como observado por Louis Devance (1977, p. 341-376). A palavra "feminista" não existe ainda (ela aparece em 1837 sob a pluma de Fourier). Mas pode-se falar de feminismo a propósito das cidadãs engajadas, que desde 1789, começaram uma longa caminhada para chegar a plena cidadania. "É uma coincidência que a questão do direito das mulheres reaparece cada vez na esteira dos movimentos políticos e sociais? 1789, 1830, 1848, 1868, 1968, tantas vezes em que grandes mudanças políticas e mobilização feminista coincidem", observam Laurence Klejman e Florence Rochefort (1989, p. 23), não sem perguntar sobre a capacidade desta "aspiração coletiva" para sobreviver "à crise que a viu nascer".

Em 1789, a efervescência da vida cotidiana e das ideias, as grandes mudanças de todas as normas políticas, religiosas, culturais, se constituem em um grande apelo, e as mulheres imediatamente tomam parte do entusiasmo revolucionário. Elas manifestaram, reivindicaram, lutaram, arengaram, participaram de debates, invadiram tribunas, redigiram panfletos, doaram suas vidas, se dedicaram corpo e alma à Revolução, muitas vezes arriscando suas vidas. Elas levavam esperança, propostas, ideias, propensas a transformar profundamente a sociedade moderna. Elas não conseguiram ser ouvidas.

Pode-se tomar como ponto de partida o dia 5 de outubro de 1789: as mulheres se reuniram em massa na Prefeitura, para interpelar a Comuna de Paris não somente pela falta de pão, mas também para exigir que o rei e a Assembleia mudem de Paris. Pouco a pouco, uma multidão de milhares de pessoas, de mulheres em sua grande maioria, caminha em direção à Versalhes. Os homens da milícia nacional as seguiam. O povo obteve decisão favorável.

Mas o investimento das mulheres nas lutas revolucionárias as conduziu a reivindicação de igualdade de gênero e a exigir reformas destinadas à melhoria da sorte das mulheres e seu lugar na vida social e política. Entre 1789 e 1793, as mulheres estavam em todas as frentes, principalmente as do povo ou as burguesas, mas também algumas nobres, como Madame de Staël, Madame de Condorcet, Madame de Coicy. Algumas escolheram um pseudônimo ou o anonimato, como Madame B*** B***, autora de um grande número de discursos, propostas e textos de forte conotação feminista. Constituíam-se grupos de "damas patriotas", participando milhares, em 1790, na festa da Federação no Campo de Março. Muitas se armaram, aprenderam a manejar armas, fundaram grupos de Amazonas em que elas se alistavam, para a guerra "aos inimigos dos Franceses", com uma "coragem viril" - Théroigne de Méricourt e Claire Lacombe receberam a coroa cívica da Comuna de Paris pelo seu engajamento como combatentes, as irmãs Fernig se tornaram lendas das mulheres soldados³. Elas se sentaram nas primeiras assembleias do Terceiro Estado, tinham a palavra, arengaram o público. Criaram clubes: Etta Palm criou a Sociedade fraternal dos patriotas dos dois sexos, e, em 1791, o primeiro clube feminino, a Sociedade patriótica e de beneficência das Amigas da Verdade. Elas escreveram em jornais, multiplicaram as petições, as propostas: para a educação das mulheres, pela criação de um hospital para mulheres, de uma escola de impressão para mulheres, para a autorização do divórcio, pela igualdade na herança, por um contrato de união livre. No início dos anos 1793, quase 300 mulheres constituíam a Assembleia das Republicanas, que se tornaria a Sociedade das Cidadãs Republicanas revolucionárias e exigiriam que a nova Constituição desse o direito de voto às mulheres. Madame de Genlis escreveu em 1791 *Discours sur l'éducation publique du peuple* e recomendava uma educação mista. Etta Palm insistia

³ Com idades de treze e dezesseis anos, em 1792 se colocaram nos postos da guarda nacional de Mortagne e saíram vitoriosamente contra os austríacos.

sobre a necessidade da "influência das mulheres no governo livre". Confiantes na urgência de uma nova ordem das coisas, elas se apresentavam nas "luzes da noite" para preservar as conquistas da Constituição. Questionavam o artigo "Mulher" da *Encyclopédie* que postulava que a natureza "parece ter dado aos homens o direito de governar", ou ainda a concepção de Rousseau da diferença da natureza entre homens e mulheres. Madame de Coicy resume assim seu estado: "as mulheres compõem a metade da espécie humana que habita o território da França. Depois de séculos, elas ainda não são nada na nação francesa".

"Aceitas nas tribunas da Assembleia e dos clubes, acolhidas como membros em algumas, convidadas a dar suas opiniões ou a dar uma mão, saudadas por suas iniciativas mais visíveis, treinadas às armas pelos patriotas, as mulheres têm falado sobre uma série de temas", resume a historiadora Éliane Viennot. Seu sentimento dominante é o de cidadania. É ele que está por trás da "paixão cívica onde fazem prova e que as conduz a se pronunciarem [...], a inventarem, a se superarem, a escreverem o destino - mas também a se curvarem a necessidade, a se sacrificarem pelo "bem comum". (MIENNOT, 2016, p. 51)

Voltemos rapidamente para a vida e a luta de algumas destas insubmissas, as mais ilustres.

Olympe de Gouges

Desconhecida durante décadas, considerada, com muitas outras, como uma "insensata" pelos historiadores da Revolução no século XIX, e redescoberta nos anos 1970 (chegaram a propor em 1989 que suas cinzas entrariam no Panteão, sem sucesso), Olympe de Gouges marca sem dúvida um momento importante na história do feminismo revolucionário, especialmente porque ela não lutou somente pelos direitos das mulheres, mas também pelos negros e os "infelizes".

Marie Gouze nasceu em 1748 em um meio modesto, casou muito jovem, em seguida ficou viúva, cheia de audácia e de sonhos de liberdade, ela se instala em Paris no início dos anos 1770, levando uma vida feliz, e vivendo em concubinação "o casamento é o túmulo da confiança e do amor", escreveu na *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (2014). Autodidata, não sabendo escrever, mas ditando seus textos, penetrada no espírito dos iluministas, ela se junta à homens de letras,

comediantes, artistas. Possui um salão e começa a escrever peças de teatro, sem reconhecer a autoria. Seus temas de predileção: o destino injusto dos negros nas colônias, a escravidão, a ilegitimidade, o destino das mulheres, condenadas ao casamento ou ao convento, e em favor daquelas que exigem um hospital. Mas, é a partir de 1788 que ela se revela como uma cidadã engajada: cartas ao povo ou aos príncipes, panfletos, discursos, que muitas vezes emprestam o estilo de heroísmo romano e os apelos ao sacrifício de si, ela se lança em uma atividade transbordante. Em setembro de 1791, ela publica sua *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, copiada daquela de 1789, em dezessete artigos, e, um pouco inocentemente, endereçado a Maria Antonieta, a qual ela demanda de se engajar em favor das mulheres. O preâmbulo considera "que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos governos". O artigo 1 postula que "a mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos". O posfácio chama à emoção: "Mulher, acorde; o rebate da razão se faz entender em todo universo; reconheça seus direitos [...]. Ô mulheres! Mulheres, quando vocês deixarão de serem cegas? Quais são as vantagens que vocês colheram da Revolução?". Em 1792, ela ataca violentamente Robespierre em um folheto onde ela prediz seus futuros excessos. Em 1793, presa e condenada por suas posições antijacobinas, aprisionada e maltratada – não se trata da ferida que ela tinha na perna -, ela em apelo para Danton e "a maioria saudável de bons cidadãos" para a defender, redige calmamente um testamento onde ela questiona o tribunal que a joga, e morre corajosamente, consciente de ter servido a causa do povo.

Théroigne de Méricourt

Filha de camponeses belgas, colocada em um convento, autodidata, ela é alternadamente dama de companhia, cantora e sobretudo aventureira, vivendo em Londres, e na Itália. Aprendendo a convocação dos Estados Gerais em 1789, ocorre na França, e frequenta as tribunas da Assembleia constituinte, vestida de amazona (seus inimigos a descreviam como uma bacante sanguinária em razão de sua roupa vermelha, e lhe deram a reputação de "a rameira do povo"). Instalada em Paris, ela tinha salão e frequentava os intelectuais. Em 1790, ela criou com um matemático Charles-Gilbert Romme a Sociedade dos Amigos da Lei, depois participa da criação do clube

dos Cordeliers⁴. Em agosto de 1790, acusada de planejar o assassinato de Maria Antonieta, ela foi presa em Tirol, depois inocentada e liberada. Ela chega em Paris e tenta criar uma "falange de amazonas". No dia 6 de março de 1792, Pauline Léon apresenta uma petição assinada por mais de trezentas e vinte parisienses pelo direito de formar uma guarda nacional feminina. Vinte dias mais tarde, Théroigne de Méricourt convida as cidadãs a se organizarem em corpo armado, declarando: "Vamos quebrar nossas cadeias, é o tempo que enfim as mulheres saem de sua vergonhosa nulidade onde a ignorância, o orgulho e a injustiça dos homens nos escravizaram por tanto tempo". Exige a igualdade política das mulheres passando pela autorização do porte de armas. Ela se encaixa em seguida ao lado dos Girondinos, e toma partido pelas mulheres jacobinas. Segundo Michelet, essa agressão tem origem em sua loucura, mas se pode também imputar a esta a sífilis que a atingiu. Sua família a internou. Ela morreu em 1817 em Pitié-Salpêtrière após vinte três anos de asilo.

Pauline Léon

Filha de artesãos, nascida em 1768, ela seguiu as atividades do clube dos Cordeliers, e participa com Claire Lacombe na fundação do Clube dos Cidadãos republicanos revolucionários, ela se engaja pelo armamento das mulheres, ela mesmo combate (parece ter participado na tomada da Bastilha). Detida em 1794, com seu marido, e presa, foi libertada e se tornou professora, não sem denunciar o golpe de estado de Bonaparte em 1804. Morre em 1838.

Claire Lacombe

Nascida em 1765, filha de comerciantes, ela era uma atriz de sucesso em Lyon e Marselha. Em 1792, foi para Paris e frequenta o clube dos Cordeliers. Pronuncia na assembleia um discurso pleno de referências à história romana: "Nascida com a coragem de uma romana e a raiva dos tiranos, serei feliz em contribuir à sua desconstrução. Perecerei até o último déspota, intrigantes, vivos escravos, de Neros e

4 N.T.: Clube dos Cordeliers ou Sociedade dos Amigos dos Direitos do Homem e do Cidadão era uma popular sociedade política, fundada em 27 de abril de 1790, durante o período da Revolução Francesa, e com sede no antigo refeitório do Convento dos Cordeliers de Paris.

Calígulas, eu poderia todos aniquilar." Condecorada com Théroigne pela sua participação ao assalto do Palácio das Tulherias, ela funda com Pauline Léon, em maio, o clube das Cidadãs Republicanas Revolucionárias. Pouco a pouco se tornou alvo dos jacobinos, denuncia a barra da Convenção, em 1793, a opressão cuja vítimas são mulheres: "Nossos direitos são aqueles do povo, e se ele nos oprime, nós saberemos opor resistência à opressão". Mas, as comerciantes da Halle, um grupo de mulheres contra ao clube das republicanas revolucionárias, as acusa de forçá-las a vestirem o barrete vermelho. Claire Lacombe se esconde, é detida e depois liberada: ela retoma seu trabalho de comediante (perde-se seu rastro em 1798).

Etta Palm

Etta Aelders nasceu em 1743 em uma família burguesa de Gröningen e foi muito bem escolarizada. Casada com um filho de um procurador, se divorcia, viaja muito, chega em Paris e leva uma vida complicada de espiã tendo um salão. Desde 1790, ela reivindica a possibilidade das mulheres de desempenharem um papel político. Boa organizadora, ela se tornou membra da Sociedade fraternal de um e de outro sexo, da Sociedade Patriótica dos Amigos da Verdade, depois ela funda em 1791 a Sociedade patriótica e de beneficência das Amigas da Verdade clone da anterior. Ela leva uma atividade transbordante em Paris e na província, intervindo na Assembleia e reivindicando a igualdade dos direitos em seus discursos: "As mulheres compartilhavam os perigos da Revolução; porque elas não participam de seus benefícios?"

Tanta audácia, como uma atividade também transbordante, uma tal inteligência da situação, sem contar a participação no combate pela igualdade inscrita na nova lei da Republica, ela poderia conduzir estas mulheres ao reconhecimento de seus direitos e a consideração de suas reivindicações? Apesar de se constatar que a partir de 1793, suas massas de manobra se encolhiam: algumas pagaram com sua própria vida, como Olympe de Gouges, outras foram internadas, ou condenadas ao silêncio. Em 1793, os clubes de mulheres foram proibidos, o que as impediu de se organizar. Mesmo algumas de suas apoiadoras, como Condorcet, abandonaram a questão do direito ao voto ou de divórcio. Como o indica muito bem o título da obra de Éliane Viennot, *La Modernité est masculin*. E os pensadores do século XIX, historiadores e homens políticos, contribuíram a dar as mulheres revolucionárias esta imagem detestável de loucas

furiosas, histéricas irresponsáveis.

Sem dúvida havia, em 1793, muitas barreiras inquebráveis. Imediatamente, a imagem odiada de Maria Antonieta, ou ainda o crime de Charlotte Corday, assassinando Marat em sua banheira. As divisões entre as mulheres, o triunfo dos Jacobinos, ao passo que a maioria das feministas tinham, e não é por acaso, escolhido o campo girondino, mais favorável à sua causa. A militarização do poder, no período de guerra. Mais largamente, os pesos das tradições e do poder histórico do sexo masculino, confortava pelo exemplo pela lei sálica⁵. O interesse da burguesia, rápida aos comandos, para preservar a transmissão do patrimônio e da repartição dos papéis no cerne da família. O consciente misógino, e o sexíssimo comum, que irão pagar as mulheres a audácia em querer se igualar aos homens. Uma teologia da natureza, logo retransmitida pelos cientistas que justificam assim a superioridade do macho e da fêmea. Mas é necessário também interrogar uma forma de cegueira destas mulheres, ocupadas inteiramente em exigir o exato lugar dos homens, sem analisar as diferenças entre os sexos. A dimensão sacrificial de seu compromisso, sua identificação ao grande corpo da política. Uma parte de autocensura, e o peso de um inconsciente coletivo, como se elas assumissem uma culpa obscura. E depois, sobretudo, a impossibilidade, qual que seja a utopia de uma nova era da humanidade, de transformar o objetivo em branco "uma sociedade nessas profundas estruturas, na totalidade de seus modos de funcionamento econômicos, sociais e psico-afetivos" (DEVANCE, 1977, p. 367).

Portanto, não é surpreendente a rapidez, entre 1795 e 1804, que tudo esteja em ordem... masculino. Sem entrar nos detalhes, todos os debates que conduzirão a implementação do Código Civil promulgado em 1804 por Napoleão Bonaparte propõem restaurar o casamento como pedestal da sociedade, limitar o divórcio (o que a recristianizarão homologava). As mães solteiras são novamente criminalizadas, o que tem por consequência um aumento no número de abandono de crianças. A escola, questão essencial para feministas revolucionárias, sofre a mesma rotação: as grandes escolas criadas (Central e Politécnica) serão reservadas aos homens, a educação das meninas será limitada a educação pública elementar. O poder do pai esmaga sobre seus pés toda a diversidade de sonhos. A palavra "cidadania" desaparece do uso,

⁵ Lei Sálica: artigo do código, datando do século XIV, que proibia as mulheres de sucederem ao trono na França.

"Senhora" está de volta.

Da luta de frente a resistência intelectual: a conquista de novos espaços

Como as mulheres - aquelas que não foram eliminadas - resistiram, ao amanhecer do século XIX? Primeiro, contornando e reinventando os espaços que não lhe são negados: os salões, animados por Thérèse Cabarrus, Germaine de Staël, Juliette Récamier. A educação, com a reabertura de antigos conventos e a criação de novos estabelecimentos. A escrita, com uma abundante produção feminina de romances, poesias, mas também de ensaios, onde as mais cultivadas esfolam com habilidade os homens no poder e criticam o balanço da Revolução. Essas mulheres são frequentemente de origem aristocrática, a diferença das cidadãs revolucionárias de 89.

Consideraremos algumas dessas insubmissas de um novo tipo.

Germaine de Staël (1766-1817)

Nascida em Paris, filha de Necker, ministro das finanças de Louis XVI, criada em um meio cultivado, inteligente e erudita, favorável às ideias iluministas, ela possuía um salão como sua mãe desde a idade de treze anos e lá se encontrava toda elite intelectual parisiense. Mais tarde, ela é exposta a censura de seu pai que via com maus olhos suas ambições literárias. Casada aos vinte anos com o embaixador da Suécia junto a Versalhes, ela não participa dos acontecimentos da Revolução, que a assusta. Bastante favorável a uma monarquia constitucional, ela se refugia na Inglaterra. Retorna a França depois do Terror e começa a publicar seus ensaios *De l'influence des passions sur le bonheur de l'individu et des nations* de 1796 e *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales* em 1800. Em 1798, Talleyrand lhe fez encontrar com Bonaparte, que ela admirava no início, mas em que ela denuncia rapidamente a tirania e que lhe consigna um ódio tenaz, a condenando ao exílio por doze anos. Separou em 1800, tornando-se em seguida viúva, levando uma vida muito livre, na Suíça e em toda Europa, de paixão em paixão e mantém uma longa relação turbulenta com Benjamin Constant. Sua vida será marcada por idas a Paris, onde ele se opõe ainda à Napoleão, e de novos exílios, como os de 1813 e 1814. Em seus ensaios e em seus romances, como *Delphine* ou *Corinne ou l'Italie*, ela representa as mulheres vítimas de

restrições sociais, lutando sem sucesso por sua independência. Ela denuncia a regressão da condição feminina, e a perda das conquistas da Revolução. Ela se orgulha alternadamente do sistema inglês, do protestantismo, da vida na Alemanha ou na Itália, com uma sensibilidade europeia antes do tempo. Ela aborda igualmente a questão da dificuldade pelas mulheres de acessar ao status de autor reconhecido, então ela mesma é uma das raras mulheres de sua época a ter acesso ao sucesso em vida, graças a abundância e a qualidade de suas obras, graças também sem dúvida ao escopo de sua rede política e social.

Germaine de Staël é uma insubmissa à sua maneira: ela lutou contra o poder de seu pai, afirmou seus desejos e seu direito à felicidade em desafio às regras de boa conduta da sociedade napoleônica. Ela tem feito muito em seus escritos e seu exemplo para emancipação das mulheres. Fiel ao modelo republicano, ela não cessou de denunciar o retorno da misoginia e a submissão das mulheres em tutela: "desde a Revolução, os homens pensavam que era politicamente e moralmente útil reduzir as mulheres a mais absurda mediocridade" (citado por VIENNOT, 2016, p. 327).

Madame de Genlis (1746-1830)

Nascida numa família de nobreza falida, ela recebeu uma excelente educação religiosa e se destaca por seu talento como harpista. Ela teve um rico casamento e se torna dama de companhia, sendo responsável pela educação das crianças de Orleans, incluindo aquele que se tornaria Louis Philippe. Ela escreveu muitos tratados sobre educação, e publica obras literárias. Conversa bastante sobre a Revolução, mas, como Madame de Staël, refugiou-se na Inglaterra durante o Terror. Em 1801, ela volta para a França, e trabalha para Napoleão (entre outros como uma espiã). Dedicou-se também na educação das crianças de todas as classes sociais. Ela é autora de aproximadamente 80 livros. Publica em 1801 e 1802 um *Projet d'une école rurale pour l'éducation des filles*. Outras mulheres também se interessarão igualmente pela educação das mulheres, como Antoinette Legroin Maisonneuve, Isabelle de Charrière e Félicité Guériot Saint-Martin *De l'éducation et du bonheur des femmes*, 1802. Este último vê na educação o meio de vingança contra a escravidão, no qual sofre seu sexo "(*id.*, p. 306).

Marie Françoise Raoul ou Fanny Raoul (1771-1833)

Filha de notáveis da Bretanha, ela recebe uma educação intelectual de qualidade. Em 1801, ela publicou *Opinion d'une femme sur les femmes*, trabalho em que ela denunciou a traição das esperanças suscitadas pela Revolução. Em toda a sua obra, exige o fim da opressão das mulheres e escravos, cujo destino está a sua vista. Luta para que sejam reconhecidas as competências das mulheres, de modo que as mães tenham tanto poder quanto os pais, para que elas tenham acesso à cidadania, e para que as carreiras em ciências e em artes lhes sejam abertas: "Em uma palavra, liberdade e igualdade civil; isto é o que eu clamo para elas" (*ibid.*, p. 326). Sua argumentação demonstra incansavelmente que as mulheres são, de fato, capazes de raciocinar e preencher posições de alta responsabilidade. Em 1813, ela publica *Flaminie ou les erreurs d'une femme sensible*, romance epistolar, no qual ela denuncia a injustiça dos preconceitos. É também a única mulher a publicar um jornal *Le Véridique*. Ela defende a ideia de uma democracia social, convencida de que a luta contra a pobreza permitirá o progresso de todos. Seus críticos a apelidaram de "a amazona armórica".

53

Constance Marie de Théis, princesa de Salm (1767-1845)

De nascimento nobre, tendo recebido uma educação muito boa, ela escreveu poemas que a fizeram conhecida. Casada com um cirurgião chamado Pipelet, médico do rei, em seguida, se divorciou em 1799, graças à lei de 1792, fugira do Terror e retornara a Paris em 1795. Sua primeira tragédia lírica intitula-se *Sapho*. Na introdução, a autora alude a esses poetas machistas, ansiosos "para encontrar rivais em um gênero em que buscam apenas admiradoras." Em 1797, sua *Épître aux femmes* eleva o entusiasmo do público: ela clama por uma igualdade entre homens e mulheres em termos de educação como no de tarefas domésticas. Encontra-se aqui os tons de Olympe de Gouges: "O tempo chegou. Mulheres, acordem!". Ela denuncia o medo do homem de se ver igualado por mulheres: "E, sob as veias longe de um respeito fingido ele venera em nós apenas nossa nulidade" (*ibid.*, p. 313). Ela também escreveu um *Hymne sur la Paix* em 1797, com música de Mehul. Em 1803, ela se casou com um aristocrata alemão esclarecido, Joseph Salm, cientista botânico e deputado da Roehr e ela se torna princesa de Salm. Eles vão manter juntos até 1814 um salão literário em

Paris. Ela vai continuar apenas até 1824, recebendo toda a *intelligentsia* de sua época, levando uma vida de mulher livre e independente. Ela tem uma atividade exuberante, escrevendo, mantendo-se numa vasta correspondência na Europa. Ela critica os artigos do Código Civil contrárias aos direitos das mulheres, denunciando o ostracismo que as mulheres são vítimas na política. Ela também reivindica o direito para as mulheres de acessar todas as funções públicas. Em 1824, ela publica *Vingt quatre heures de la vie d'une femme sensible*. Iniciado em 1803-1804, retomado em 1814-1815, este romance epistolar que aborda a questão do ciúme tem um grande sucesso na França e na Europa. Ela também publica *Pensées*, trabalho filosófico, onde ela discute a atitude predominante dos homens. Até a sua morte em 1845, ela continuará a produzir um trabalho denso, dividido entre poemas e ensaios (por exemplo estrofes *Je mourrai comme j'ai vécu*, 1837) fiel à sua luta contra a injustiça e pela igualdade de gênero. Ela então é reconhecida de glória. Curiosamente (ou não!), para-se de falar sobre ela em seguida, e apenas muito recentemente é que ela será restaurada pela crítica acadêmica. Um artigo de 2007 sugere este retorno tardio ao reconhecimento:

O esquecimento que cobria o nome da princesa Constance de Salm após sua morte, em 1845, é inversamente proporcional à notoriedade de que gozava em vida como escritora e à influência que exercia nas mesmas esferas intelectuais e políticas [...]. Ela nunca deixou de reconhecer a igualdade entre homens e mulheres face à criação. O século das Luzes não foi o suficiente para dissipar preconceitos sobre este assunto e muitos homens assistindo com condescendência aquelas que eles chamaram de "mulher erudita" [...]. Primeira mulher a ser admitida em 1895 na Escola Superior das Artes, uma instituição que tinha mais ou menos substituído as academias abolidas no início da Revolução, ela então se beneficiou de uma rede de apoio suficiente para permitir que esses tipos de declarações, pleiteando, em particular, que as meninas fossem instruídas como os meninos. (LARMINAT, 2007)

Salm então, um espírito precoce e brilhante, uma mulher do Iluminismo, uma europeia convicta, uma mulher à frente de seu tempo, como outras que citaremos rapidamente: Fanny de Beauharnais, Sophie Cottin (seu romance *Malvia* publicado em 1800 reclama da desvalorização das mulheres que escrevem e que deveriam ser menosprezadas ou confinadas à literatura "light").

Vemos que neste período são as "insubmissas" cultivadas, educadas, mais distanciadas das lutas sociais, muito independentes, que dirigem as suas lanças sobre a discriminação cultural e intelectual cujas vítimas são as mulheres. Elas reivindicam uma

educação igual para ambos os sexos, e o direito das mulheres de tomar o seu lugar no mundo editorial, jornalístico, e na cena política.

O despertar dos anos 1830-1848

O surgimento do romantismo na França, proclamada por Victor Hugo em 1830 por ocasião da famosa "Batalha de Hernani" e do socialismo utópico, introduzida pelo tipógrafo trabalhador Pierre Leroux e desenvolvido pelos saint-simonistas⁶, foi a oportunidade para as mulheres de "acordar" novamente. Os anos de monarquia burguesa são espessos, chatos e injustos para com os mais fracos. A moralidade mais conveniente prevalece, confina as mulheres aos seus trabalhos domésticos, e as submete à autoridade dos pais e dos maridos. Em contraste, um vento de liberdade semeia ideias de felicidade e emancipação.

Mulheres ativistas, frequentemente ligadas por laços de parentesco ou amizade com os saint-Simonistas ou os românticos, se engajam na batalha, às vezes repetindo as reivindicações de Olympe de Gouges. Elas colaboram com os jornais e revistas cuja publicação é incentivada pelo aumento da censura à imprensa sob a Restauração. A revista *Le Globe* lança em 1831 *L'appel à la femme libre*. O primeiro jornal escrito inteiramente por mulheres, *La Femme Libre*, que se tornou *La Tribune des Femmes*, publicado em 1832, criado por Marie-Reine Guindorf e Désirée Véret. Eugénie Niboyet funda em Lyon em 1834-1835 O Conselho das Mulheres, o primeiro jornal feminista de província. Elas se mobilizam contra a sua opressão específica, reivindicando novamente direitos civis iguais, a restauração do divórcio, o direito a uma educação integral, o direito de expressão. Elas reivindicam para si o direito de livre sexualidade e desafiam as proibições, o que lhes rendeu muitos processos por imoralidade. Mas elas também se mobilizaram em favor dos proletários, convencidas de que "o grau de liberdade concedido às mulheres é o termômetro da liberdade e da felicidade do homem" (NIBOYET apud BARD; CHAPERON, 2017, p. 10317). Elas abrem, assim, o caminho para um novo messianismo, muito moderno. Note-se que a palavra "feminismo" aparece por

6 Saint-Simon, filósofo, economista, nascido em 1760 e morreu em 1825, é um pensador da sociedade industrial. É considerado o primeiro socialista. O grupo Saint-Simonista retoma suas teses: é um movimento idealista, comunitário (como o de Charles Fourier com seus Falanstérios), que quer se opor à miséria dos operários e dissolução dos laços sociais causados pelo capitalismo, o que deixa o trabalhador a sós diante do chefe.

7 Esta obra é uma mina de informações úteis para nosso assunto.

volta de 1830, atribuído a Charles Fourier, líder de um movimento (o fourierismo), que se distingue pela sua postura em favor da liberdade das mulheres. Muitos saint-simonistas também se juntam a Fourier.

Estas mulheres têm por nome Claire Bazard Élis Lemonnier, militante fervorosa para a educação das meninas, Cécile Fournel, que toma em 1832 a defesa do saint-simonistas acusados de imoralidade por testemunha no julgamento, Marie Talon. Sophie Masure lançou uma petição em favor da abertura de uma escola normal de instrutoras. Claire Démar publica *Appel au peuple sur l'affranchissement de la femme*, e denuncia o casamento como uma forma de prostituição legalizada. Eugénie Niboyet (1796-1883), nascida em uma família letrada de origem genebrense, torna-se também uma mulher de letras. Toda sua vida ela se preocupará com a educação no mundo operário. Ele critica a democracia ("o tirano é chamado democracia" [*id.*, p. 1053]) e porta-voz das mulheres na província. Em 1848, ela funda a Sociedade da Voz das Mulheres, para o reconhecimento dos seus direitos cívicos e eleitorais. Em julho 1836, ela fundou em Paris *La Gazette des Femmes*. Eugénie Niboyet pagará caro por sua tenacidade: vaiada (tratada como "mulher socialista!") Ridicularizada, ela vê sua indenização literária ser removida e exilada em Genebra, viverá dificilmente de suas traduções. Em 1863, de volta à França, ela publica uma autobiografia, *Le Vrai livre des femmes*, onde ela relata suas batalhas. Apoiará as demandas de graça dos condenados após a Comuna. Em 1878, com 82 anos, ela recebe as homenagens do Congresso feminista de Paris.

Outra feminista, também saint-simonista, Suzanne Voilquin, filha de um modista revolucionário, ela mesma era operária, tem um percurso autodidata. Ela gerencia com seu marido um restaurante comunitário, assumiu a gestão de *La Tribune des Femmes*. Torna-se parteira, e em 1838 funda uma associação solidária que ajuda mães solteiras. Ela viaja muito, especialmente ao Egito e à Rússia, onde ela constata o sofrimento das mulheres: sua obra levará esse testemunho. Em 1869, adere a Liga em favor dos direitos das mulheres de André Léo.

Durante todo este período que vai de 1830 a 1848, a luta das mulheres se cristaliza, em torno da questão da educação das mulheres. Louise Dauriat, escreve também para *Le Globe* e *La Tribune des Femmes*, abre um "Curso de direitos sociais das mulheres" em 1836. Sua participação no debate público influencia uma série de homens políticos, por exemplo o Ministro da educação pública Salvandy que criou em

1847 uma comissão encarregada de examinar o estabelecimento de colégios femininos.

Duas figuras parecem emblemáticas das duas direções que levam a revolta das mulheres nesta época: Flora Tristan e George Sand.

Flora Tristan: o feminismo socialista

Flora Tristan (1803-1844), filha ilegítima, pobre, sem instrução, mau casada com um homem violento (ela deixa seus filhos com sua mãe) se torna dama de companhia e viagem. Ela vai ao Peru para reconhecer sua família paterna (seu pai, um nobre peruano, morreu), mas só recebe uma pequena pensão. Seu torque é rasgado, seu marido atira nela e a fere os pulmões: Flora Tristan lutará toda a sua vida pelo direito das mulheres ao divórcio.

Ela rapidamente percebe a conexão entre as lutas das mulheres e a questão social. Suas viagens ao Peru e à Inglaterra, onde conheceu as feministas britânicas, reforçaram a ideia de que as mulheres são "escravas", "párias". Autodidata, trabalhando na fiação ou na impressão, se aproxima dos socialistas e tem a missão de educar e organizar o proletariado. Ela explica sua luta como uma luta em nome da razão, para um mundo em que "o poder intelectual suceda à força bruta"(BARD; CHAPERON, 2017, p. 1450). Contribuiu para revistas feministas e faz um tour na França para difundir suas ideias (seu diário póstumo relata seus encontros com os operários e as operárias que encontrou ao longo do caminho). No mesmo ano, em 1843, ela participou da fundação da União Mundial dos operários e operárias, ou ainda União operária, cujo um dos objetivos seria a criação de um fundo para a educação dos pobres e o cuidado com os idosos.

Marcada pelo idealismo romântico, ela se vê prontamente como uma mulher guia e suas reivindicações dizem respeito tanto à condição feminista e a condição operária. "Aristocrata decadente, Mulher socialista e Operária Feminista", como ela gostava de chamar a si mesma, seu principal trabalho foi publicado após a sua morte (de febre tifoide em 1844) sob o título *L'Émancipation de la Femme ou le Testament de la Paria* (WIKIPÉDIA).

George Sand: o feminismo literário (e burguês)

Ao mesmo tempo, uma estrela começa a brilhar no firmamento feminino: trata-se de George Sand, nascida Aurore Dupin. Por seu talento, sua personalidade, ela representa um caso particular, testemunhando o nascimento de uma nova imaginação da relação entre os sexos. Nascida em 1804 em uma família modesta de mãe e de família nobre por parte de pai - ela reivindicará por toda a sua vida este duplo pertencimento popular e aristocrático -, filha da Revolução e irmã do romantismo, ela recebeu uma excelente educação, e começa a escrever muito cedo. Desde os seus primeiros romances, ela encenou as heroínas femininas revoltadas contra a sua condição. Igualmente precoce ela desejou se livrar de todos os grilhões, decide se vestir como um homem, lançando moda, fuma um charuto. Casada com um barão do Império, ela se divorcia e, em seguida, leva uma vida sexual carimbada da moralidade de seu tempo. Pouco politizada até 1830, ela trabalha em conjunto com os insurgentes durante a Revolução de Julho (28-30 julho de 1830), leva uma vida boemia com artistas românticos, exibe sua conexão com Jules Sandeau, e decide mudar de nome, adotando um nome masculino e o parônimo Sand. Eles são ambos jornalistas do *Le Figaro* e escrevem um romance juntos. George Sand começa então a militar contra o Código Civil, pelo direito ao divórcio. Ela acumula pouco a pouco os sucessos literários, tornou-se uma socialista na década de 1840, funda em 1844 o jornal local *L'Éclair de l'Indre*, no qual ela escreveu vários artigos sobre política e o socialismo. Ela adere à República de 1848, sem querer, no entanto, desempenhar um papel político. Até o final de 1848 e o fracasso das ilusões, ela se retira para o castelo de sua infância em Nohant e cessa qualquer atividade militante. No entanto, ela vai realizar em 1852 várias medidas para apoiar opositores do golpe de estado condenados e prisioneiros políticos, mas será pouco ouvida por Napoleão III e não poderá se expressar na imprensa. É, então, com seu trabalho e através de sua correspondência que se manifestará.

O contato com a vida política ativa representou uma provação dolorosa para George Sand, mas também, sem dúvida, para muitas mulheres que se envolveram em 1848 e não saíram ilesas desse compromisso. Na verdade, a questão da violência insurgente representa um ponto de atrito. Todos os romances de Sand posteriores a 1848 levam vestígios desta interrogação⁸. Podemos citar as primeiras páginas de *La*

⁸ Ver o excelente artigo de BARA, Olivier. 2015, p. 143-168.

Daniella, em 1856, e as palavras do narrador, Jean Valreg:

Depois vieram os dias de junho, que trouxeram terror e raiva até o fundo dos nossos campos [...] eu entendi que o ódio tinha devorado as sementes de fraternidade antes que elas tivessem tempo para germinar: minha alma se apertara e meu coração entristeceu, não tivera mais ilusões. Tudo se resumiu para mim nesta palavra: Os homens não eram prudentes! Então, eu tentei viver com este pensamento sombrio e pesado: a verdade social não foi revelada. As empresas ainda estão querendo instaurar seu reino pela força, e cada nova experiência mostra que a força material é um elemento sem durabilidade e que passa de um campo para o outro como uma semente levada pelo vento. A verdadeira força, a fé, não nasceu ... não nasceu do meu tempo. Minha juventude apenas verá os maus dias, minha idade madura, dos tempos de positivismo. Porque, então, infelizmente! Eu tive um sonho lindo e saudei a aurora que não devia ter amanhã? (SAND, 1992, p. 32)

1848: A entrada das mulheres na política

Uma outra vez o feminismo tira suas forças de uma situação insurrecional. Os dias de fevereiro de 1848 e o advento da Segunda República veem abrir oportunidades para a causa das mulheres. Mesmo se o sufrágio universal estabelecido em março de 1848, os excluídos, a imprensa e os clubes feministas fazem pressão para que as que se deem conta da nova Constituição. Os ensinamentos estão no primeiro plano. Pauline Roland funda a Associação Fraternal dos Instrutores e Instrutoras e Professores Socialistas, um jornal intitulado *L'Émancipation de l'Enseignement* (1848-1849) faz eco de suas reivindicações. Jeanne Deroin⁹, ela mesma foi instrutora, funda um Clube da Emancipação dos povos e uma Sociedade mútua da educação das mulheres, que defende o direito das mulheres a serem instruídas e para alcançarem às profissões liberais. Ela exige também para elas o direito de voto. Para Eugénie Niboyet e Joséphine Bachellery,¹⁰ o contexto de reexame do ensino público é a oportunidade de propor a criação de um sistema de ensino secundário de Estado destinado as meninas. Hippolyte Carnot, ministra da Educação Pública, foi favorável. As feministas de fato alertam sobre a necessidade de arrancar a educação das meninas da influência clerical.

Eugénie Niboyet pede a criação de uma sala de leitura destinada às mulheres na

9 Jeanne Deroin, 1805-1894, professora, Saint-Simonista, convencida de que a causa do povo e a causa das mulheres se conciliam, ela é a primeira mulher a ser candidata em uma eleição. Mas cartunistas como Honoré Daumier com os seus *Bas Bleus* (mulheres eruditas), a expõem ao ridículo. Após o golpe de estado de 1851, ela se exilou na Inglaterra, onde morreu na pobreza.

10 Joséphine Bachellery, 1803 -1872, professora e educadora que abriu pensões, republicana, militante da emancipação das mulheres através da educação.

Biblioteca Nacional e fixa cursos públicos femininos em abril de 1848. Outras autoras reivindicam a abertura da universidade às mulheres. Élisabeth Lemonnier¹¹ abre cursos profissionais destinados às operárias. Em 1862, esses cursos preconizam a uma Sociedade para o ensino profissional de mulheres. Estas se vêm então totalmente reconhecidas como agentes econômicas. O escritor Ernest Legouvé dá no Collège de France um curso sobre a história das mulheres e denuncia sua inferioridade social, jurídica e econômica. Eugénie Niboyet propõe a candidatura de George Sand às eleições legislativas, mas Sand recusa. Em abril de 1849, Jeanne Deroin ousa se apresentar ao cargo, mas é atingida com a chacota dos homens políticos.

Ao mesmo tempo muitos debates agitam a sociedade francesa em plena mutação: sobre a maternidade, sobre a prostituição, sobre a vida doméstica, sobre a sexualidade. Mesmo que a ideologia dominante tenha continuado fortemente paternalista, e mesmo que tenhamos visto uma ofensiva das mulheres católicas, frutos da burguesia, em favor de uma valorização da mulher esposa e mãe, vimos que pouco a pouco a questão da igualdade de gêneros ocupa o centro da cena. Certamente a Segunda República não poderá, por falta de tempo e de vontade, mudar radicalmente sua situação (a lei de 28 de julho de 1848 proíbe novamente os clubes femininos), mas este é o momento chave para a entrada das mulheres na política. As mutações econômicas e os novos anseios da burguesia industrial na questão da mão de obra qualificada foram relevantes neste assunto.

Um poeta prestou homenagem às mulheres militantes e à coragem delas: após o golpe de estado de Napoleão, em 1852, muitas delas entraram na resistência ou se exilaram. Uma delas, Louise Julien, cantora popular, doente, morreu em Jersey, onde se encontra Victor Hugo. Este, profere em seu túmulo seu discurso fúnebre:

[...] Pauline Roland en Afrique, Louise Julien à Jersey, Francesca Maderspach à Temeswar, Blanca Téléki à Pesth, tant d'autres, Rosalie Gobert, Eugénie Guillemot, Augustine Péan, Blanche Clouart, Joséphine Prabeil, Elizabeth Parlès, Marie Reviel, Claudine Hibruit, Anne Sangla, veuve Combescure, Armandine Huet, et tant d'autres encore, soeurs, mères, filles, épouses, proscrites, exilées, transportées, torturées, suppliciées, crucifiées, ô pauvres femmes! Oh ! ma pensée en ce moment se précipite dans ce sépulcre et baise les pieds froids de cette morte dans son cercueil ! Ce n'est pas une femme que je vénère dans Louise Julien, c'est la femme ; la femme de nos jours, la femme digne

¹¹ Élisabeth Lemonnier, 1805 -1865, saint-simonista, militante republicana e laica, que fundou numerosas escolas profissionais e preparou o reconhecimento da educação profissional.

de devenir citoyenne ; la femme telle que nous la voyons autour de nous, dans tout son dévouement, dans toute sa douceur, dans tout son sacrifice, dans toute sa majesté ! Amis, dans les temps futurs, dans cette belle, et paisible, et tendre, et fraternelle république sociale de l'avenir, le rôle de la femme sera grand ; mais quel magnifique prélude à ce rôle que de tels martyres si vaillamment endurés ! Hommes et citoyens, nous avons dit plus d'une fois dans notre orgueil : — le dix-huitième siècle a proclamé le droit de l'homme ; le dix-neuvième proclamera le droit de la femme — mais, il faut l'avouer, citoyens, nous ne nous sommes point hâtés ; beaucoup de considérations, qui étaient graves, j'en conviens, et qui voulaient être mûrement examinées, nous ont arrêtés ; et à l'instant où je parle, au point même où le progrès est parvenu, parmi les meilleurs Républicains, parmi les démocrates les plus vrais et les plus purs, bien des esprits excellents hésitent encore à admettre dans l'homme et dans la femme l'égalité de l'âme humaine, et par conséquent l'assimilation, sinon l'identité complète, des droits civiques.¹² (HUGO, 1996, p. 440)

O feminismo no Império e a Terceira República¹³

1870 e a Comuna marcam uma nova etapa na radicalização das mulheres.

Louise Michel¹⁴, a viúva vermelha

Nascida bastarda em 1830, mas foi criada na casa de castelões cultivados, recebe uma boa educação e se apaixona pelo romantismo. Expulsa da mansão após a morte de seus protetores, ela contata Victor Hugo a partir de 1850 e começa a escrever. Torna-se educadora, abre em 1853 uma escola livre e se afirma feminista ("eu não quero ser a sopa do homem" [MOSER, 1947, p. 33]). Ela alimentou um ódio tenaz face a Napoleão

61

12 N.T.: "[...] Pauline Roland na África, Louise Julien em Jersey, Francesca Moderspach em Temeswar, Blanca Téléki em Pesth, tantas outras, Rosalie Gobert, Eugénie Guillemot, Augustine Péan, Blanche Claouart, Joséphine Prabeil, Elizabeth Parlès, Marie Reviel, Claudine Hibruit, Anne Sangla, veuve Combescure, Armandine Huet, e ainda muitas outras, irmãs, mães, filhas, esposas, censuradas, exiladas, transportadas, torturadas, vítimas, crucificadas, ó pobres mulheres! Oh! Minha mente neste momento se precipita neste sepulcro e beija os pés frios desta morta em seu caixão! Não é uma mulher que eu venero em Louise Julien, mas é a mulher; a mulher de nossos dias, a mulher digna de se tornar cidadã; a mulher como as que vemos ao nosso redor, em toda sua devoção, em toda sua doçura, em todo seu sacrifício, em toda sua majestade! Amigos, em tempos futuros, nesta bela, e pacífica, e branda, e fraternal república social do porvir, o papel da mulher será grande; mas que magnífico prelúdio neste papel que tais mártires tão bravamente suportaram! Homens e cidadãos, falamos mais que uma vez em nosso orgulho: - o século XVIII proclamou o direito do homem, o século XIX proclamará o direito da mulher - mas, é necessário confessar, cidadãos, não estamos adiantados; muitas considerações, que eram graves, eu concordo, e que poderiam ser amplamente examinadas, paramos; e neste instante em que falo, no mesmo momento em que o progresso acontece, entre os melhores Republicanos, entre os democratas mais verdadeiros e os mais puros, como de espíritos excelentes ainda hesitam em admitir no homem e na mulher a igualdade da alma humana, e por conseqüente a assimilação, senão a identidade completa, dos direitos cívicos."

¹³ Pode-se referir para este período a obra de Laurence Klejman et Florence Rochefort (1989).

¹⁴ Nós nos apoiamos na obra *Une héroïne: Louise Michel* (MOSER, 1947)

III, descobriu em Belleville a existência do mundo operário, continuou seus estudos para passar para a faculdade, escreveu poemas, por vezes se chamou de "Louis", depois adota do pseudônimo Enjolras, personagem de *Os Miseráveis* de Victor Hugo. Em 1864, faz contato com a Internacional dos Trabalhadores, abre uma pensão em Montmartre. Estabelece contatos com Maria Deraisme, Paule Minck e André Léo. Em 1870, ela aprende a manejar um fuzil e torna-se o que se chama de "Viúva Vermelha", participa do ataque à Prefeitura feita pelos insurgentes. Ela fez o ataque armado a Montmartre, uma verdadeira líder de guerra, prepara a resistência, está em todas as barricadas. Sua coragem a tornou admirada por todos. No momento da terrível repressão que se abateu sobre os *communards*, ela salva sua mãe, presa, entregando-se no lugar dela e foi aprisionada na infernal prisão de Satory. Exaltada, armada de misticismo e de compaixão (tenta em vão salvar o irmão de Marie Ferré), ela se identifica totalmente com a Revolução. O progresso dessa mulher "terrível e sobre-humana" como a designara Hugo, apaixonou as multidões, ela os conclama a pertencer "inteiramente à revolução social". Condenada à deportação, deu aulas aos seu co-prisioneiros, e tendo chegado à Nova Caledônia, indignou-se em seus escritos com tanta agonia com os albatrozes aos quais ela assistia durante sua transferência de barco que saia de canacos, para os quais ela organizou uma escola campo. Anistiada em 1880, é recebida por Clémenceau e por Louis Blanc, aclamada pela multidão. Ela se declara então anarquista, faz conferências públicas sobre a Comuna diante de milhares de pessoas, pleiteia a causa das mulheres, reduzidas à fome, e a vergonha e para as quais ela não cessa de buscar a igualdade com os homens. Ela foi novamente presa, passou seis anos na prisão Saint-Lazare, ao longo dos quais ela apresentou sua grande compaixão para com os detentos, apesar dos maus tratos dos vigias. Por fim, é acusada de loucura e, mais uma vez liberta, exilou-se em Londres, onde fez conferências em grupos de anarquistas. Grande figura revolucionária, incansável militante, ela funda em 1895 no seu retorno a França o jornal *Le Libéraire*, assiste aos congressos e às reuniões socialistas, publica apelos, ensaios, memórias, contos para crianças e romances. Ela toma partido por Dreyfus, é admitida entre os franco-maçons em 1905, prediz a revolução russa. Morreu neste mesmo ano, com 75 anos, em Marselha. Dezenas de milhares de pessoas participaram do seu funeral em Levallois Perret, e grava-se no seu túmulo estes versos: "Saudação ao despertar do povo/ E àqueles que, caindo,/ Abriram imensamente/ As portas do porvir". Seu romance *La Misère, e Souvenirs et aventures de ma vie*, são

publicados após a sua morte, o segundo texto em folhetim no *La Vie populaire*.

As menos conhecidas

Louise Michel é a mais conhecida das feministas radicais deste período. Ela aliou a "barbárie", devoção e compaixão, militou e trabalhou nos fatos, por seus atos, para a educação de todas e de todos, de maneira visionária. Mesmo que, hoje, ela é grandemente conhecida e reconhecida, e mesmo que ela tenha forçado a admiração de homens como Hugo ou Clémenceau, ela nunca foi verdadeiramente ouvida em vida. Pode-se citar algumas outras mulheres que, às vezes com ela, traçaram um caminho a fim de buscar um futuro de democracia social e de paz, sem poder, entretanto, opor-se aos erros de uma República cega, que rapidamente entrou nas mazelas do início do século XX. Evoquemos rapidamente estas "semeadoras".

Maria Ferré, militantes da Comuna de Paris, melhor amiga de Louise Michel, morreu de exaustão, com trinta e sete anos, em 1882.

Paule Minck (1839-1901), de origem polonesa, que fundou com André Léo a "Sociedade Fraterna da operária", uma organização mutualista, feminista e revolucionária. Participou da Comuna de Paris, fez parte juntamente com Louise Michel do Comitê de vigilância de Montmartre, abriu uma escola gratuita na igreja Saint Pierre de Montmartre. Escapou da Semana sangrenta, exilou-se na Suíça, correspondeu-se com as militantes feministas e franco-maçônicas. Voltou à França no momento da anistia, apresentou sua candidatura às eleições legislativas no sexto *arrondissement* de Paris, desafiando a proibição da Prefeitura, já que as mulheres não tinham o direito de cidadania. Participou do partido operário francês de Jules Guesde, trabalhou na revista *La Fronde* dirigida por Marguerite Durant. Morreu em 1901.

André Léo, nascida Léodille Béra, em 1824, em um ambiente de elevada cultura. Casou-se com um jornalista progressista, acompanhou-o à Suíça, onde ele morreu deixando-a só com dois filhos. Ela começa a escrever romances, escolhendo por pseudônimo os primeiros nomes de seus filhos. De volta a Paris em 1860, engajou-se ao lado de Louise Michel e de Paule Minck, criou a Associação para a melhoria da educação das mulheres em 1866 e em 1869 a Sociedade (mista) de reivindicação dos direitos da mulher. Ela participa da Comuna, foi favorável à luta armada, mas exigiu antes de tudo o respeito da democracia. Novamente se exilou na Suíça após a Semana

Sangrenta, publicou *La Guerre Sociale*, onde ela conta a comuna, militou ao mesmo tempo pela paz e pela democracia socialista, pediu pela separação da igreja e do Estado. Morreu em 1900, deixou uma obra considerável, romances, contos, ensaios, artigos e textos políticos. Por testamento, ela legou uma pequena renda a primeira comuna da França que quis tentar uma experiência coletivista!

Julie Victoire Daubié (1824-1874) é a primeira mulher bacharel e licenciada em letras. Nascida dentro de uma família abastada, ela é testemunha da miséria dos operários das forjas de sua família. Seu ensaio *La Femme pauvre au XIXe siècle* em 1859 ganha o primeiro prêmio da Academia de Ciências, *belles lettres e arts* de Lyon. É em Lyon que ela ainda se inscreve na Faculdade de Letras, se torna saint-simonista e abre um atelier de bordado. Ela passa sua licença, publica artigos em inúmeros jornais, e prepara um doutorado. Sua luta não é só de uma socialista, mas de uma militante pela educação, a formação de mulheres, e seu direito de voto. Muito conhecida por sua viva atividade jornalística, ela recebeu à Exposição universal de 1867 uma medalha pelo conjunto de sua obra.

Maria Deraisme (1828-1894), nascida em uma família burguesa, erudita e convencida da importância da educação para as mulheres. Ela se via reformadora mais que revolucionária. Ela tornou-se uma oradora reconhecida pelo seu talento, pronuncia inúmeras conferências, co-cria em 1869 com Louise Michel e Paule Minck a "Sociedade pela reivindicação dos direitos civis das mulheres", depois em 1870, com Léon Richer, a Associação pelo direito das mulheres. Aceita no Grande Oriente da França, apoia em 1870 a ação de Louise Michel, mas se torna mais viesada para posições reformistas. Em 1878, ela co-organiza com Léon Richer o Congresso Internacional do Direito das Mulheres.

Hubertine Auclert, nascida em 1848, rompe com sua educação religiosa e escolhe a causa republicana. Ela milita a Liga Francesa pelos direitos das mulheres, em que Victor Hugo é o presidente de honra, depois funda o Sufrágio da Mulheres. Ela adere ao partido socialista, começa uma greve de imposto para as mulheres, já que elas não tinham direitos. Ela lança em 1881 o jornal *La Citoyenne*. É a primeira a exigir a feminização de algumas palavras, como *advogada* ou *eleitora*. Em 1910 ela se apresenta com Marguerite Durand as eleições legislativas, mas sua candidatura não foi bem-sucedida.

Marguerite Durand (1864-1936) é uma atriz conhecida e uma jornalista que

funda em 1897 o jornal *La Fronde*, fabricado de uma extremidade a outra por mulheres. Ela milita pelo direito de voto das mulheres, denuncia o Código Civil, considera que o feminismo e o pacifismo andam juntos. Em 1931 ela lega a cidade de Paris toda sua documentação feminista francesa, que ela dirige até sua morte. Hoje este ofício torna-se da Biblioteca Marguerite Durand, 8° *arrondissement* de Paris.

Semeadoras, todas estas mulheres são, e elas todas encarnavam a República nascida da Revolução de 1789. Militantes, modernas, progressistas, elas se encontraram em suas vidas a cegueira das três Repúblicas sucessivas, cegueira consciente ou inconsciente, misturada ao sexíssimo masculino hereditário e de prioridade dada aos interesses do capitalismo industrial. É tardiamente, à luz do feminismo da segunda metade do século XX, que elas foram reconhecidas.



Tradução
Nayara Dias
Tradutora pela Universidade de Brasília

REFERÊNCIAS

- BARA, Olivier. Juin 1848, une lacune dans l'œuvre de George Sand ? Taire et dire le désastre. **Cahiers George Sand** : George Sand face à la violence de l'histoire, Lyon, n. 37, p. 143-168, oct. 2015.
- BARD, Christine ; CHAPERON, Sylvie. **Dictionnaire des féministes** : France XVIIIème-XXIème. Paris : PUF, 2017.
- Bonnet rouge ou bonnet phrygien. **Au blason des armoiries**. s.d. Disponible em: <<http://www.blason-armoires.org/heraldique/b/bonnet-phrygien.htm>>.
- BERNARD, Michèle. **Cantate pour Louise Michel**. Interprètes : Les percussions de Treffort ; l'ensemble vocal Résonance Contemporaine. Châteauroux : EPM, 2015. 1 CD.
- DEVANCE, Louis. Le féminisme pendant la Révolution française. **Annales historiques de la Révolution française**, n. 229, p 341-376, 1977.
- DURNOVA, Anna. « Et Dieu créa la femme... » La condition féminine chez Jean-Jacques Rousseau. **Sens Public** : revue web, Montréal, 20 set. 2004. Disponible em : <<http://sens-public.org/article96.html?lang=fr>>.
- Flora Tristan. **Wikipédia**. s.d. Disponible sur : <https://fr.wikipedia.org/wiki/Flora_Tristan>.
- GOUGES, Olympe de. **Femme, réveille-toi !** Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne et autres écrits. Édition de Martine Reid. Paris : Gallimard, 2014. (Collection Folio)
- HUGO, Victor. **Œuvres Complètes**. Paris: Robert Laffont, 1996.
- KLEJMAN, Laurence ; ROCHEFORT, Florence. **L'égalité en marche** : le féminisme sous la Troisième république. Paris : Presses de la Fondation nationale des sciences politiques/Éditions des femmes, 1989.
- LARMINAT, Astrid de. Salm, une femme des Lumières sort de l'ombre. **Libération**, Paris, 1^o février de 2007.
- Marianne. **Puylaurens** : site officiel de la commune. s.d. Disponible sur : <<http://www.puylaurens.fr/fr/information/53163/marianne>>.
- MOSER, Françoise. **Une héroïne** : Louise Michel. Paris : Jean Vigneau éditeur, 1947.
- SAND, George. **La Daniella**. éd. Annarosa Poli. Meylan : Les Éditions de l'Aurore, 1992. t. I.
- VIENNOT, Éliane. **Et la modernité fut masculine**. La France, les femmes et le pouvoir, 1789-1804. Paris : Perrin, 2016.